

Resenha do livro: HINGLEY, Richard. **O imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha**. São Paulo: Annablume. 2010.

Fábio G. dos S. Maria<sup>1</sup>

A presente obra é formada por quatro artigos de Richard Hingley (Professor do Departamento de Arqueologia da Universidade de Durham/Inglaterra e autor de diversas obras) e organizada por três renomados autores brasileiros: Dra. Renata Senna Garraffoni (UFPR), Dr. Pedro Paulo Funari (UNICAMP) e Dr. Renato Pinto (UNICAMP). A obra nos traz uma nova reflexão sobre o processo de “romanização”, já que a vasta produção do autor não é tão conhecida no Brasil. Neste sentido, a obra deve ser entendida sob uma perspectiva de desconstrução dos discursos imperialistas do século XX, fazendo, assim, uma ruptura com os modelos interpretativos Eurocêntricos.

Os organizadores se preocuparam em fazer uma reflexão sobre os estudos clássicos no Brasil. Considerando-os exóticos, nos trazem um breve histórico desses estudos, que desde a década de 1960 vem sendo discutidos. Embora aparecessem nos livros didáticos havia poucos especialistas da área. Essa situação se agravou no período da ditadura militar brasileira, nos quais as políticas institucionais não davam o merecido valor às Ciências Humanas. Com a abertura da política e o restabelecimento dos direitos civis, o ensino de História geral e História Antiga tiveram a possibilidade de se desenvolverem. Com a criação da ANPUH (Associação Nacional dos Professores Universitários de História) um novo espaço de discussão foi aberto. A partir de 1980, mesas de discussões foram sendo compostas, grupos de estudos foram sendo criados, melhorando a formação de profissionais da área. O quadro atual é distinto do que tínhamos em 1960 e os esforços de estudiosos têm cada vez mais possibilitado o aprofundamento dos estudos em História Antiga (p. 13).

---

<sup>1</sup> Graduando em História da Universidade Sagrado Coração. Resenha realizada sob orientação da Professora Dra. Lourdes C. Feitosa.

Ao estudar o legado de Roma, o autor aborda o assunto em três tópicos inter-relacionados. No primeiro, baseado nos estudos do arqueólogo e historiador Francis Haverfield, Hingley analisa a maneira como políticos e acadêmicos britânicos utilizaram da imagem da Roma clássica para justificar suas ambições imperiais e fundamentar suas nacionalidades e expansão. Explora depoimentos de políticos e intelectuais do período vitoriano e eduardiano, momento de maior produção científica da Arqueologia romana. Continuando seus estudos, Hingley analisa, em seu segundo tópico, como foi estudada a teoria da “romanização” durante o período de declínio do império britânico. Baseado nos estudos do arqueólogo Martin Millet, nota-se uma mudança conceitual: a “romanização” não foi uma imposição, mas sim um processo de adoção da cultura romana. Em seu último tópico, Hingley desmistifica a ideia de passividade da população nativa diante das mudanças trazidas pelos romanos, tratando de forma clara a questão da resistência, adoção da cultura material romana e da construção de sentimentos étnicos nas províncias.

Em relação aos campos rurais romanos (*uillae*), Richard Hingley cita inúmeros estudos realizados em sítios arqueológicos localizados na Grã-Bretanha para explicar o sistema econômico na região da Bretanha Romana. Na visão dos arqueólogos, *uilla* era uma construção isolada e romanizada. O conjunto de manifestações que definem essa romanização inclui o uso de pedra e de telha/ardósia, além da presença de piso tesselado/pavimentos em mosaico, de gesso pintado, de salas aquecidas e de edificações para banho. A partir das evidências arqueológicas podemos deduzir que as *uillas* eram, sem dúvida, uma maneira sofisticada de investir riquezas excedentes. No entanto, não é possível definir, usando apenas as evidências arqueológicas, uma demarcação clara entre assentamentos que são em estilo *uilla* e os que não o são (p.51).

Sobre a cultura romana, o autor, de maneira inteligente, nos dá a visão de como era vista através de estudos clássicos. Roma era considerada uma sociedade superior às demais, sendo as periferias consideradas inferiores e “bárbaras”, motivo que justificava a dominação romana sobre essas comunidades. Durante os séculos XIX e XX, essas ideias de “civilização”, “barbarismo” e de “guerra justa” continuaram populares, a fim de justificar as ações das nações ocidentais (p. 72). No entanto, estudos recentes nos demonstram que a cultura romana não é mais vista como monolítica e claramente delimitada, mas como derivada de uma variedade de fontes ao longo

do Mediterrâneo. Estudos também nos mostram que algumas comunidades se incorporaram através de acordos, que Nicola Terrenato chamou de “negociação da elite”. Essas comunidades se ofereciam, barganhavam ou lutavam, pelo privilégio de estarem dentro de um sistema imperial que lhe garantia a ordem e a estabilidade (p. 75)

Ao analisar o Muro de Adriano, Hingley elenca supostas razões para explicar o desinteresse por parte dos doutorandos em pesquisar sobre o monumento, símbolo fundamental da identidade nacional britânica. Uma das razões é o pensamento errôneo de que já se estudou tudo sobre o Muro, restando apenas poucos assuntos a serem pesquisados. Outra visão é que o monumento é de fácil interpretação, seguro e imutável (p.107). Pensamentos como esses devem ser combatidos, pois há ainda muito a se estudar, no entanto, se continuarmos as abordagens existentes que nos dão contribuições modestas, será difícil visualizar de onde virá a próxima geração de pesquisadores do Muro (p.113).

De forma coesa, clara e objetiva, a obra nos dá uma visão sobre as principais estruturas das teorias de “romanização”, fazendo um paralelo com as ideologias das sociedades imperialistas ocidentais, através de recentes estudos realizados em sítios arqueológicos da Grã-Bretanha. É uma excelente obra para quem deseja aprofundar seus conhecimentos sobre o imperialismo romano e realizar uma reflexão sobre as sociedades imperialistas ocidentais.